



MÁRCIO ROCHA

Economia & negócios

jornalistamarciorocha@live.com

Como podemos mudar a vida da população em situação de rua com trabalho e dignidade

Estava conversando com minha esposa na noite de quarta-feira e uma situação constante nos chamou a atenção. O aumento da presença dos moradores de rua se tornou uma triste realidade nas grandes cidades brasileiras. Homens, mulheres, crianças e famílias inteiras relegadas à margem da sociedade, sem acesso a direitos básicos como moradia, alimentação, saúde e segurança. Um problema complexo e multifacetado que exige soluções urgentes e eficazes.

Combater o aumento da população em situação de rua não se trata apenas de oferecer um teto ou um prato de comida. É preciso atacar as raízes do problema, promovendo a reinserção social e a autonomia das pessoas. E nesse cenário, o estímulo à empregabilidade surge como uma ferramenta fundamental.

Inserir pessoas em situação de rua no mercado de trabalho formal, com carteira assinada, salário digno e direitos trabalhistas, significa oferecer a elas a chance de reconstruírem suas vidas com dignidade. Através da renda e da autonomia conquistadas com o trabalho, podem ter acesso à moradia, alimentação, saúde e outros serviços essenciais.

Mas garantir a empregabilidade vai além da simples oferta de vagas de trabalho. É preciso investir em qualificação profissional, oferecendo cursos e treinamentos que capacitem as pessoas para atuarem em diferentes áreas do mercado. Microcrédito também se mostra como um importante aliado, possibilitando a abertura de pequenos negócios e a geração de renda própria.

O apoio não deve parar por aí. Acompanhamento e orientação profissional durante todo o processo de busca por emprego e inserção no mercado de trabalho são cruciais para o sucesso da iniciativa. É preciso garantir que as pessoas em situação de rua tenham acesso a todas as ferramentas e ao suporte necessário para se manterem no mercado formal e construir uma vida autônoma.

Mas a luta contra isso vai além da empregabilidade. É preciso ampliar a rede de acolhimento, com a criação de abrigos, centros de dia e outras unidades que ofereçam serviços de saúde, alimentação, higiene pessoal e documentação. Medidas de prevenção também são essenciais, como programas de apoio à família e à comunidade, ações de combate à violência doméstica e à negligência infantil, além de investimentos em educação e saúde de qualidade.

O melhoramento da vida da população em situação de rua é um desafio que exige a união de esforços do governo, da sociedade civil e do setor privado. Somente através de políticas públicas efetivas, com foco na reinserção social, na autonomia e na dignidade das pessoas, poderemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Diante do quadro atual, a sociedade precisa agir com responsabilidade e compaixão. Chega de olhar para o outro lado. Precisamos enxergar as pessoas em situação de rua como cidadãos com direitos e potencialidades. Juntos, podemos construir um futuro sem ruas, onde todos tenham a oportunidade de viver com dignidade e contribuir para o bem-estar da sociedade.

A empatia e o respeito são pilares fundamentais no tratamento da população em situação de rua. Faça a sua parte apoiando entidades que trabalham com essa causa e conscientize as pessoas sobre a importância da inclusão social, construindo uma sociedade mais justa e humana. Isso também é descomplicar a economia e transformar a sociedade.

Artigo

(*) SAUMÍNEO NASCIMENTO

(*) é engenheiro de Planejamento



Relatório do Investimento Mundial 2024

Para a Secretária Geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Rebeca Grynspen, o investimento não envolve apenas fluxos de capital. Trata-se do potencial humano, da gestão ambiental e da busca duradoura por um mundo mais equitativo e sustentável. E é sobre o relatório do investimento mundial que abordarei neste artigo como ficou a situação em 2023 e as perspectivas para 2024, conforme as informações apresentadas pela UNCTAD em seu relatório de 2024.

De acordo com o Relatório de Investimento Mundial de 2024 da UNCTAD, o investimento direto estrangeiro (IDE) global caiu 2%, para 1,3 trilhões de dólares em 2023, num contexto de abrandamento econômico e de tensões geopolíticas crescentes. No referido relatório é destacado que o declínio ultrapassa os 10% quando excluindo as grandes oscilações nos fluxos de investimento em algumas economias europeias.

A instituição internacional revela que a recessão no financiamento de projetos afetou o desenvolvimento sustentável, com o novo financiamento para os setores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com queda superior a 10%, especialmente nos setores agroalimentar e hídrico. Isto dificulta os esforços para alcançar a Agenda 2030 e exige medidas políticas urgentes para renovar o financiamento do desenvolvimento sustentável.

Entre as sugestões apontadas para mudança do cenário temos, na visão da UNCTAD, a facilitação de negócios e as soluções governamentais digitais que podem resolver o problema do baixo investimento, criando um ambiente transparente e simplificado. Contribui o crescimento significativo dos serviços online e dos portais de informação, pois tais ferramentas também apoiam o desenvolvimento mais amplo do governo digital, beneficiando em particular as nações em desenvolvimento.

Conforme o relatório da UNCTAD, os fluxos de IDE para os países em desenvolvimento caíram 7%, para 867 bilhões de dólares. Além disso, as condições de financiamento restritivas levaram a uma queda de 26% nos acordos internacionais de financiamento de projetos, fundamentais para o investimento em infraestruturas. Sabe-se que a UNCTAD afirma que o financiamento internacional de projetos é relevante para os países mais pobres, tornando-os mais vulneráveis à recessão global neste tipo de investimento.

Conforme apontado no relatório da UNCTAD, as crises, as políticas protecionistas e os realinhamentos regionais estão a perturbar a economia mundial, fragmentando as redes comerciais, os ambientes regulamentares e as cadeias de abastecimento globais. Isto prejudica a estabilidade e a previsibilidade dos fluxos de investimento globais, criando obstáculos e oportunidades isoladas.

O fato é que as perspectivas para 2024 continuem a ser desafiantes, e o relatório da UNCTAD aponta que um crescimento modesto para o ano continua a ser possível, citando a flexibilização das condições financeiras e os esforços de facilitação do investimento, tanto nas políticas nacionais como nos acordos internacionais.

O cenário apresentado no estudo é de que os investimentos estão a crescer em vários setores industriais intensivos em cadeias de valor, como veículos e eletrônica, em regiões e países com fácil acesso aos principais mercados. Mas muitos países em desenvolvimento continuam marginalizados, lutando para atrair investimento estrangeiro e participar nas redes de produção globais. E isto, em minha visão de economista, amplia os desequilíbrios regionais do mundo.

Para a Região onde fica o Brasil (América Latina), os fluxos de IDE diminuiram 1%, para 193 bilhões de dólares, sendo destaque grandes investimentos nos setores de matérias-primas minerais

essenciais e energias renováveis. Um ponto a destacar é que os fracos fluxos financeiros para os países em desenvolvimento não se deveram à falta de esforços de facilitação do investimento.

De acordo com o relatório da UNCTAD, em 2023, 86% das medidas de política de investimento tomadas pelos países em desenvolvimento foram mais favoráveis aos investidores. Em contraste, 57% das medidas nos países desenvolvidos foram menos favoráveis, com restrições, como os mecanismos de análise do IDE (Investimento Estrangeiro Direto), cada vez mais utilizados para responder a preocupações de segurança nacional.

Segundo a UNCTAD, no geral, o número de medidas de política de investimento em 2023 correspondeu à média de cinco anos, com cerca de três quartos favoráveis aos investidores. A facilitação do investimento atingiu um recorde de 30% de todas as medidas. Os incentivos visaram o setor dos serviços e das energias renováveis em particular. No ano de 2023 foram celebrados 29 novos acordos internacionais de investimento (AII), sendo menos de metade dos tratados, bilaterais tradicionais. A reforma dos AII mais antigos continua lenta, com cerca de metade do IDE global ainda regido por tratados não reformados, aumentando o risco de casos de resolução de litígios entre investidores e Estado. Este valor é mais elevado para os países em desenvolvimento (dois terços) e para os países mais adiantados (três quartos).

Esta visão de investimentos pelo mundo é um referencial para os gestores públicos que realizam ações para a facilitação da atração de investimentos no Brasil, especialmente gestores de unidades federativas (Estados e Distrito Federal), pois é na atração de investimentos que é possível acelerar o crescimento econômico, resultando em geração de emprego e renda e dinamizando a economia de um determinado território.



Coluna Espírita

JÚLIO CÉSAR FREITAS (*)

(*) É engenheiro de Planejamento

Quem é o chefe?

Muita gente encontra dificuldades em entender o Espiritismo como religião porque não consegue admitir uma religião sem chefe e sem dogmas ou rituais. Importante, a propósito, esclarecer a questão da chefia no Espiritismo; chefia entendida como direção, um organismo que traça normas de conduta para os profítentes.

Essa chefia, a figura do chefe, não existe no Espiritismo. E nunca poderá existir. Quem manda no Espiritismo são os Espíritos, que, como instrumentos de Deus divulgaram por toda a Terra conhecimentos de profundas repercussões morais, que foram codificadas em doutrina por Allan Kardec. O próprio Allan Kardec não é o fundador do Espiritismo; seu trabalho foi o de dar um corpo racional às milhares de mensagens que deram base à Codificação fizeram questão de manter-se no anonimato, preferindo não dar nomes, com raríssimas exceções, quando havia necessidade de uma comprovação.

Existem, para nortear o Espiritismo, as chamadas obras básicas da Codificação, que são O Livro dos Espíritos, O Livro dos Médiuns, O Evangelho Segundo o Espiritismo, O Céu e o Inferno (A justiça Divina segundo o Espiritismo) e A Gênese. Essas foram obras publicadas por Allan Kardec a partir da análise e crítica das mensagens espirituais, que chegavam através de médiuns. São obras que apresentam as bases da Doutrina Espírita, pois, conforme o próprio Kardec afirmou, a evolução da humanidade irá permitir a construção de todo o edifício. Do ponto de vista religioso, estamos ainda chafurdando na terra, onde a grande maioria não encontrou nem as bases.

Muitos poderão perguntar: se não há chefe, a que se dirigir para saber se estamos agindo corretamente? A resposta, por ser muito simples, ainda preocupa muita gente, inclusive muitos que se dizem espíritas. Ela deve ser buscada na própria base do Cristianismo: a figura de Jesus. Foi Ele que afirmou: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”. Logo, todo procedimento que não se enquadrar dentro dos princípios cristãos estará fatalmente errado e será danoso para o nosso “EU” imortal. Quando dizemos Cristianismo poderíamos dizer Budismo, Islamismo, Bramanismo e tantas outras religiões. O Cristianismo a que nos referimos é a essência, a ética cristã, a moral evangélica, que se resumem praticamente numa afirmação: “Faça a seu semelhante aquilo que gostaria que fizessem a você, se você estivesse na mesma situação”.

O Espiritismo, por haver sido codificado a partir de uma série de manifestações que “feriram” os sentidos (manifestações físicas), chamou a atenção de boa parte da Humanidade. Entretanto, essa boa parte que se interessou pelo assunto, foi a ele movida pela curiosidade, pelo fenômeno. Muitos se fecharam em seus laboratórios e fizeram experimentações que os convenceram; a maioria, contudo, assistiu (e assiste) aos fenômenos apenas com o intuito de satisfazer simples curiosidade, muitas vezes alimentada por elevado índice de “morbidez”. Há aqueles, contudo, que viram os fenômenos e deles tiraram conclusões morais de longo alcance. Entre estes pioneiros podemos alinhar, além de Allan Kardec, Léon Denis e Gabriel Delanne, na França; Conan Goyle, na Inglaterra; Ernesto Bozzano, na Itália; Adolfo Bezerra de Menezes e Francisco

Cândido Xavier, no Brasil. E tantos outros, que compreenderam estar o Espiritismo divulgando uma mensagem de grande profundidade e de relevante importância para a regeneração da humanidade.

Todos esses pioneiros ajudaram a colocar pedras no alicerce da Doutrina Espírita. Nenhum deles se constitui em chefe; foram apenas estudiosos, pessoas interessadas em divulgar verdades que alcançaram através do estudo e da análise. Legaram uma Doutrina que exige de seu adepto constante renovação íntima e, principalmente, bom-senso. Bom-senso para discernir quais são as mensagens que estão de acordo com a razão e quais são aquelas que repugnam a razão. O que repugna à razão é repugnante para o Espiritismo. Por isso que, se o Espiritismo tivesse um chefe, mesmo que eleito numa assembleia, estaria sujeito a decisões de um homem, que, se na maioria das vezes são acertadas, são passíveis de erro em outras.

O Espiritismo é dirigido pela consciência de cada um. É evidente que aquele que tiver melhor estudar, compreender e vivenciar o Espiritismo tem maior obrigação de exemplificar, de esclarecer; nunca de mandar. Pois se, como disse Jesus, a cada qual será dado segundo suas próprias obras, para pessoa mais esclarecida Jesus deixou a mensagem: “Muito será pedido a quem muito foi dado”. Portanto, a questão de chefia do Espiritismo é um assunto já resolvido há mais de dois mil anos, quando Jesus esteve encarnado aqui entre nós. Pensemos nisso.

Estimado(a) Leitor(a) te desejo um excelente domingo e que a semana que se inicia seja repleta de paz e luz.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

AVISO

A AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU, Agnes Louize de Santana Ferreira, designada pela Portaria nº 451 de 03 de abril de 2024, torna público para conhecimento de quem possa interessar que estará recebendo, em sessão pública, as propostas relativas à **Dispensa Eletrônica Nº 08/2024**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, de uma plataforma elevatória de acessibilidade cabinada de modelo unilateral, com capacidade máxima de carga de 250kg, instalada no Anexo II da Câmara Municipal de Vereadores de Aracaju. **DATA DA SESSÃO:** 09 de julho de 2024. **HORÁRIO DA FASE DE LANCES:** Das 08 horas às 14 horas (horário de Brasília). **LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CERTAME:** www.licitanet.com.br . **BASE LEGAL:** Art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 155/2016 e disposições dos Atos nº 01 e nº 02, ambos de 08 de janeiro de 2024, da Câmara Municipal de Aracaju. **PARECER JURÍDICO:** 554/2024.O certame está aberto aos licitantes, sendo que os interessados poderão examinar ou obter o Edital nos sites www.aracaju.se.leg.br/ www.ice.se.gov.br/www.licitanet.com.br

Aracaju,SE 27 de junho de 2024

Agnes Louize de Santana Ferreira

Agente de Contratação da Câmara Municipal de Aracaju

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Estado de Sergipe

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90006/2024 - UASG 90011

Processo nº 0000571-74.2024.4.05.7300. Objeto: Prestação do serviço contínuo de limpeza, conservação e manutenção predial nas unidades sediadas em Aracaju e nas Subseções Judiciárias de Itabaiana, Estância, Lagarto e Propriá, bem como de recepcionista nas unidades sediadas em Aracaju e na Subseção Judiciária de Itabaiana, e de auxiliar administrativo na Sede, em Aracaju, com fornecimento de materiais e de equipamentos necessários à prestação dos serviços, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 12. Edital: 28/06/2024 das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, Capucho - Aracaju/SE ou <https://www.gov.br/compras/edital/90011-5-90006-2024>. Entrega das Propostas: a partir de 28/06/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 12/07/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Eventuais divergências entre a discriminação e as unidades de fornecimento, quando confrontados os códigos Catser e o Termo de Referência, serão resolvidas com a prevalência do Termo de Referência.

JAIRO OLIVEIRA RAMOS

Pregoeiro